
PLANO DE AÇÕES DA REDE DE ENFRENTAMENTO DA FOME

I. OBJETIVO:

Formação de grupo interdisciplinar para a propositura de estratégias de fiscalização e de fomento ao enfrentamento da FOME sob duas perspectivas: ações urgentes e ações estruturais (indução de políticas municipais e estaduais de **segurança alimentar e nutricional** [\[1\]](#)), a se darem de modo transversal, interdisciplinar e integrado.

II. METAS:

1. Diagnosticar a problemática (da fome e da estrutura pública para seu enfrentamento)
2. Qualificação e sensibilização dos integrantes do MPSP para o enfrentamento da fome
3. Articulação das ações possíveis em dois planos: emergenciais e de indução de política pública

III. AÇÕES:

III.I EIXO DIAGNÓSTICO

1. Compreensão e mapeamento da fome em SP
 - a) Indicadores;
 - b) Distribuição geográfica;
 - c) Perfil dos atingidos;
 - d) Relação com criminalidade;
2. Mapeamento das cidades que possuem Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
 - a) Arcabouço legislativo;
 - b) Estruturas públicas- conselho;

- c) Iniciativas privadas bem-sucedidas e/ou parcerias com Poder Público;
 - d) Adesão ao CAISAN;
3. Mapeamento da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
- a) Arcabouço legislativo – incluindo o orçamentário e relativo a Fundos especiais;
 - b) Estruturas públicas;
 - c) Acompanhamento e execução do PLASAN/SP;
 - d) Iniciativas privadas bem-sucedidas e/ou parcerias com Poder Público

III.II EIXO FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO

- 1. Reunião/eventos com gestores públicos da União e do Estado
- 2. Reunião/evento com representantes da FAO ONU
- 3. Reunião/evento com pesquisadores do tema – comunidade científica
- 4. Reunião/evento com movimentos sociais (MST, MTST, quilombos)
- 5. Reunião/eventos com entidades da sociedade civil como Fórum de Segurança Alimentar e integrantes da Associação Rede PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, além de outras de reconhecida importância e idoneidade.
- 6. Interlocução com MPF, outros MPs Estaduais e CNMP para troca de experiência – MPMG e outros
- 7. Troca de informações com o Tribunal de Contas e com o Ministério Público de Contas, tanto para o entendimento da política de cada ente federativo, como para compreensão da questão orçamentária
- 8. Reunião/eventos com pesquisadores do campo da criminologia e ciências sociais buscando as relações entre criminalidade e fome

III.III EIXO ATUAÇÃO PRÁTICA

Ações urgentes:

Acompanhar a implementação e funcionamento de políticas públicas de combate à fome desenvolvidas no âmbito estadual e municipal, dentre elas:

1. Capilarização do Programa Estadual do BOM PRATO no Estado de SP quando houver viabilidade em razão do tamanho e do perfil do Município
2. Estímulo a programas de entrega de cestas básicas
3. Fomento de programa Vale gás
4. Cartão nutrir ou similar
5. Programas de transferência e ou geração de renda
6. Implementação e acesso a benefícios eventuais
7. Auxílio aluguel e projetos habitacionais para pessoas em situação de vulnerabilidade social
8. Políticas e programas de inclusão no mercado de trabalho
9. Cartão Merenda ou Merenda em Casa e similares
10. Outros programas urgentes previstos no PLASAN

Ações estruturais:

1. Material de apoio. Roteiro de atuação para Promotores de Justiça com portaria de PAA para disseminação dos programas BOM PRATO e outros, de natureza emergencial, e portaria para estruturação da política de segurança alimentar e nutricional, com as seguintes informações:

- a) Requisitos mínimos da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional;
- b) Passo a passo para criação, estruturação e fortalecimento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- c) Acompanhamento da execução do PLASAN/SP e adesão ao CAISAN;
- d) Funcionamento do Programa de Agricultura Familiar, PAA e PNAE no Município em conjunto com os programas municipais;

- e) Fiscalização e acompanhamento das previsões orçamentárias (PPA, LDO e LOA);
 - f) Acompanhamento da estruturação e escorreita gestão dos fundos especiais municipais (de segurança alimentar e nutricional e de combate à erradicação da pobreza, com a participação da sociedade civil);
 - g) Acompanhamento, estruturação e fiscalização do fundo estadual de segurança alimentar e nutricional e do fundo estadual de combate e eliminação da pobreza, com participação da sociedade civil (Lei 16.006/2015);
2. Termos de cooperação e parcerias (realização e fiscalização)
 3. Políticas de estímulo a pequenos agricultores (agricultura familiar), com estatura municipal, no âmbito rural
 4. Consórcios de bancos de alimentos
 5. Hortas e cozinhas comunitárias urbanas e/ou rurais
 6. Outras ações estruturais previstas no PLASAN/SP

Mario Augusto Vicente Malaquias

Procurador de Justiça
Secretário Especial de Políticas Cível e de Tutela Coletiva
Coordenador-Geral do CAO Cível e de Tutela Coletiva
Coordenador da Rede de Enfrentamento da Fome

Anna Trotta Yaryd

1ª Promotora de Justiça da Direitos Humanos da Capital
Secretária da Rede de Enfrentamento da Fome

Cristiane Correa de Souza Hillal

Coordenadora do Núcleo de Inclusão Social do CAO Cível e de Tutela Coletiva
Coordenadora do Núcleo de Incentivo em Práticas Autocompositivas
Secretária da Rede de Enfrentamento da Fome

ANEXO

Atuação prática	Período	Responsáveis	Meios-instrumentos
Primeira reunião do grupo de trabalho para decisão sobre sistemática e frequência das reuniões, questões operacionais e cronograma mais detalhado das ações		Coordenação do grupo	Teams
Criação da identidade visual do projeto, página e e-mail		Assessoria de Comunicação	
		NAT, CAEX	Análise de resposta da Secretaria de Desenvolvimento Social feita à PJ DH e de outros dados com pesquisadores
Diagnóstico das políticas públicas no Estado de SP		NAT, CAEX	
Diagnóstico das políticas públicas em cada Município – PLASAN (ou de regiões escolhidas como prioritárias)		NAT, CAEX	
Diagnóstico dos fundos e questões orçamentárias		Setor de Inteligência – CAEX	
Audiência Pública de escuta e apresentação do projeto à sociedade	A ser deliberado pelo grupo.	PGJ, grupo de trabalho, CAOs e NUIPA	

Capacitação e qualificação dos integrantes do MP	Ao longo de todo projeto	Grupo de trabalho com apoio do CAO e ESMP	Reuniões técnicas, reuniões regionais, eventos com ESMP
Ações urgentes	Ao longo de todo projeto	Poder Executivo. Indução do grupo de trabalho, CAOs e PJs	Roteiro de Atuação (portaria, ofícios, reuniões, TAC) Termos de cooperação. Reuniões
Ações estruturais	Ao longo de todo projeto para posterior acompanhamento de cada PJ	Poder Executivo. Indução do grupo de trabalho, CAOs e PJs	Roteiro de Atuação (portaria, ofícios, reuniões, TAC). Termos de cooperação
Prestação de contas à sociedade. Fim do projeto e da rede que segue em cada PJ com apoio do CAO e NUIPA.	Dezembro de 2022	PGJ, grupo de trabalho, CAOs e NUIPA	Audiência Pública